

**Prefeitura de
SÃO PEDRO**

R. Valentim Amaral, 748 - Centro
Cep 13.520-000 - São Pedro - SP
Fone: (19) 3481-9200

Ofício nº 068/2011

São Pedro, 15 de setembro de 2011.

Referência : Requerimento nº. 109/2011

Senhor Presidente

Com nossos cumprimentos e em atenção ao requerimento supra citado de Vossa Senhoria, encaminhamos em anexo resposta exarada pelo Secretário Municipal de Educação, Senhor José Daniel Batista.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

**EDUARDO SPERANZA MODESTO
PREFEITO**

ILMO.SENHOR
THIAGO SILVERIO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
SÃO PEDRO -SP

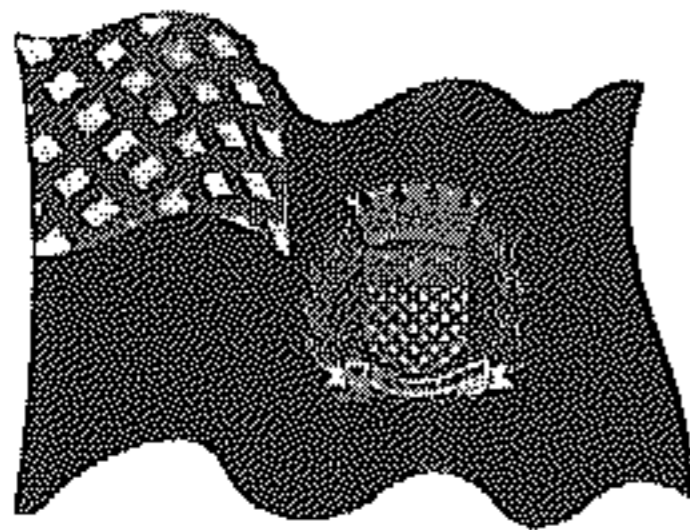
Câmara Municipal de São Pedro

Data: 21/09/2011 Hora: 15:36:00

Precedência: PODER EXECUTIVO

Assunto: Resposta do requerimento nº 0109/2011

Número de Protocolo
0668/2011



**Prefeitura de
SÃO PEDRO**

R. Valentim Amaral, 748 - Centro
Cep 13.520-000 - São Pedro - SP
Fone: (19) 3481-9200

São Pedro, 16 de Setembro 2011.

Vimos através deste, prestar as informações solicitadas pelo requerimento 109/2011, de autoria do vereador Thiago Silva referente à aplicação do SARESP 2010.

Como é de conhecimento público o SARESP é um sistema de avaliação idealizado e aplicado pela Secretaria do Estado da Educação voltado, sobretudo para as Unidades Escolares Estaduais. No entanto, mediante convênio o Estado estendeu o referido sistema de avaliação para os municípios que desejassem participar.

Sendo assim, diante do requerimento do nobre edil questionando principalmente a logística, forma de pagamento e valores pagos aos aplicadores da referida avaliação, seguem anexas às explicações tanto da Supervisão da Secretaria Municipal de Educação, quanto da Supervisão da Diretoria Regional de Ensino da Região de Piracicaba.

Jose Daniel Batista
Secretário de Educação

JUSTIFICATIVAS PARA QUESTIONAMENTO SARESP – CÂMARA

Conforme orientação recebida pela Supervisão e Assessoria Pedagógica do Município, junto à Diretoria de Ensino – Piracicaba, foram aproveitados os professores da Rede Municipal de Ensino que após consultados, demonstraram interesse e atuavam nas séries/anos a que se destinavam as provas, ou seja, professores dos terceiros, quintos, sétimos e nonos anos (estes dois últimos apenas das EMEBs “Profª Ricarda” e “Tracy Bertochi”).


O mecanismo orientado foi a realização de um rodízio de professores dos quintos, sétimos e nonos anos, de maneira que se deslocassem para uma Unidade distinta a sua sede de trabalho. Quanto aos professores dos terceiros anos, optamos por um remanejamento interno, feito em sua Unidade de trabalho. Ressaltamos ainda que, nenhum desses professores teve prejuízos em seus vencimentos ou teve seu efetivo exercício perdido (não sofreu perdas para a contagem de sua pontuação na atribuição futura de classes/aulas), ou melhor, seu dia de trabalho foi efetivamente pago em seu salário. Convém lembrarmos ainda que, segundo a Diretoria de Ensino – Piracicaba, ficaria a critério de cada Município participante o pagamento-extra da aplicação da prova, podendo mesmo não realizá-lo, já que os dias trabalhados estavam sendo pagos nos vencimentos destes professores e o Município não seria ressarcido do valor por nenhuma Instituição/Órgão. Portanto, para esses professores dos quintos, sétimos e nonos anos, que tiveram deslocamentos de Unidade, optamos por pagar uma ajuda de custo para eventuais despesas com combustíveis, transportes e demais transtornos no valor de R\$65,00 (SESSENTA E CINCO REAIS). Calculamos conforme a tabela abaixo:

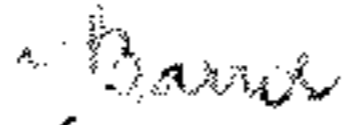
VALOR HORA/AULA	QUANTIDADE DE HORAS TRABALHADAS	ACRÉSCIMO PARA ARRENDONDAMENTO	VALOR PAGO
R\$ 6,35	10 HORAS	R\$ 1,50	R\$ 65,00

Tal montante foi baseado no valor hora/aula da época, multiplicado por 10 horas de trabalho referentes aos dois dias trabalhados. A esses total foi acrescentado R\$ 1,50 (UM REAL E CINQUENTA CENTAVOS) por questões de arredondamento.

Quanto aos professores dos terceiros anos, por não se deslocarem, não receberam valor adicional algum.

Afirmamos ainda que, conforme as Planilhas de Pagamento referentes ao período de 16/10/2010 a 15/11/2010, enviadas ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade por esta Secretaria, o valor anteriormente citado foi pago em Folha, podendo ser comprovado nos Holerites destes professores de quinto, sétimo e nonos anos.


Adriana Regina de Luca
Supervisora de Ensino
RG 23.481.106/0


Maria Aparecida Fracasse de Barros
Supervisora de Ensino
RG 4.776.560


Maria de Fátima Martins
RG 13.141.106/0
Supervisora de Ensino



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE PIRACICABA
Rua Dr. João Sampaio, 666 – Bairro São Dimas – Piracicaba – SP



DECLARAÇÃO

DECLARO, a pedido do Secretário Municipal de Educação da Cidade de São Pedro, José Daniel Batista, que as despesas decorrentes da aplicação do SARESP 2010 – material e orientação técnica – ficaram a cargo da Secretaria Estadual. O pagamento de fiscais e aplicadores de prova das **Escolas Estaduais** foi feito pela VUNESP, A organização e remuneração dos fiscais e aplicadores das escolas municipais ficou a cargo das Prefeituras Parceiras – podendo remanejar seus próprios profissionais ou contratar aplicadores externos.

Piracicaba, 16 de setembro de 2011.

Elaine C. Sachs Milano

RG 10.382.375

Supervisor de Ensino

Comissão de Avaliações Externas

**DECRETO Nº 54.253,
DE 17 DE ABRIL DE 2009**

Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, nas escolas das redes públicas municipais, de forma integrada à rede pública estadual de ensino

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Secretaria da Educação autorizada a representar o Estado na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, nas escolas das redes públicas municipais, de forma integrada à rede pública estadual de ensino.

Artigo 2º - Os convênios de que trata o artigo 1º deverão obedecer à minuta-padrão constante do anexo deste decreto.

Artigo 3º - A instrução dos processos referentes a cada convênio deverá incluir parecer da Consultoria Jurídica que serve à Secretaria da Educação e observar, no que couber, o disposto no Decreto nº 52.479, de 14 de dezembro de 2007, e no Decreto nº 40.722, de 20 de março de 1996.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 2009

JOSÉ SERRA

Paulo Renato Souza

Secretário da Educação

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 17 de abril de 2009.

ANEXO

a que se refere o artigo 2º do

Decreto nº 54.253, de 17 de abril de 2009

Convênio que celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e o Município de , objetivando a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada por seu Titular, Senhor , nos termos da autorização constante do Decreto nº , de de de , doravante designada SECRETARIA, a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, neste ato representada por seu Presidente, Senhor , nos termos de seu estatuto, aprovado pelo Decreto estadual nº 51.925, de 22 de junho de 2007, doravante denominada FDE, e o Município de , neste ato representado por seu Prefeito, Senhor , R.G. , CPF ,

devidamente autorizado pela Lei municipal nº , de de de , doravante denominado MUNICÍPIO, celebram o presente convênio, sujeito às normas da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no que couber, em conformidade com as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA**Do Objeto**

O presente convênio tem por objeto a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP nas escolas da rede pública municipal, de forma integrada à rede pública estadual de ensino, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o presente instrumento como Anexo.

§ 1º - O Secretário da Educação, amparado em manifestação fundamentada da área técnica da Pasta, poderá

autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho a que se refere o "caput", para sua melhor adequação técnica, vedada a alteração do objeto do ajuste.

§ 2º - As alterações a que se refere o parágrafo anterior serão formalizados mediante lavratura de termo de aditamento.

CLÁUSULA SEGUNDA**Da Execução**

São executores do presente convênio:

I - a Secretaria de Estado da Educação, figurando como gestor técnico o Sr , R.G. ;

II - a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, figurando como coordenador o Sr , R.G. ;

III - o MUNICÍPIO, figurando como coordenador o Sr , R.G.

CLÁUSULA TERCEIRA**Das Atribuições dos Partícipes**

Para a execução do presente convênio os partícipes terão as seguintes atribuições:

I - Compete à SECRETARIA:

a) conduzir o Plano de Trabalho em conformidade com a Política Educacional do Estado;

b) repassar à FDE os recursos para a execução do presente ajuste, em conformidade com o estabelecido nas cláusulas Quarta e Quinta deste instrumento, e com o Plano de Trabalho;

c) dar suporte à rede municipal de ensino para análise e utilização dos resultados do SARESP na formulação de políticas educacionais;

d) fornecer os resultados de desempenho obtidos no SARESP, por unidade escolar da rede municipal;

II - Compete à FDE:

a) adotar as providências cabíveis para a aplicação do SARESP na rede pública municipal de ensino, de forma integrada à rede pública estadual de ensino, em conformidade com o Plano de Trabalho que integra o presente, ressalvadas as atribuições a cargo do próprio Município;

b) dar suporte à rede municipal de ensino para exercer a supervisão do processo avaliatório e orientar suas equipes escolares na aplicação dos procedimentos de avaliação estabelecidos pela SECRETARIA;

c) aplicar os recursos recebidos do ESTADO exclusivamente para os fins previstos no presente convênio;

d) prestar contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos, colocando à disposição da SECRETARIA a documentação referente à sua aplicação, permitindo ampla fiscalização do desenvolvimento do objeto do ajuste;

e) responsabilizar-se pela contratação, mediante a realização de prévio procedimento licitatório, de serviços especializados na área de avaliação de rendimento escolar;

III - Compete ao MUNICÍPIO:

a) assegurar a participação de todas as escolas urbanas do Município que ofereçam Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, na modalidade regular, no processo de avaliação do SARESP, restando acordado que as provas serão aplicadas considerado o regime de oito séries do Ensino Fundamental, e não o primeiro ano das escolas que tenham adotado Ensino Fundamental de nove anos, conforme quadro abaixo, contendo em negrito as séries que serão avaliadas:

Ensino Fundamental	Séries/anos de aplicação do Saresp - 2009								
8 anos	-	1a	2a	3a	4a	5a	6a	7a	8a
9 anos	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º

b) assegurar a participação de todas as séries que serão avaliadas, bem como a participação da totalidade dos alunos que frequentam as escolas nos períodos da manhã, tarde e noite, observado o mínimo de 20 alunos por série avaliada em cada escola;

c) garantir o sigilo e a integridade das provas, antes e após sua aplicação;

d) garantir, em cada escola, a aplicação dos procedimentos de avaliação estabelecidos pela SECRETARIA para a realização do SARESP;

e) cumprir os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;

f) comunicar à SECRETARIA e à FDE, em tempo hábil, eventuais obstáculos ao desenvolvimento regular das atividades previstas no Plano de Trabalho;

g) reservar em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento das despesas decorrentes deste convênio sob sua responsabilidade.

§ 1º - A prestação de contas a que se refere o Item II, alínea "d", desta cláusula, será encaminhada pela FDE à SECRETARIA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada

etapa prevista no cronograma de execução constante do Plano de Trabalho, e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão técnico da Pasta.

§ 2º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente convênio, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos recebidos do ESTADO, fica a FDE obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados desde a data do evento, sob pena de imediata instauração da tomada de contas especial do responsável, os saídos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescido da remuneração da caderneta de poupança, computada desde a data do repasse e até a data da efetiva devolução, devendo encaminhar a guia respectiva à SECRETARIA.

§ 3º - O ESTADO informará a FDE sobre eventuais irregularidades constatadas nas prestações de contas, as quais deverão ser sanadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados desde a data de recebimento desta comunicação, aplicando-se o mesmo procedimento do parágrafo anterior no caso de recolhimento de valores utilizados indevidamente.

CLÁUSULA QUARTA

Do Valor

O valor do presente convênio é de R\$

(_____), de responsabilidade do ESTADO.

CLÁUSULA QUINTA

Da Liberação dos Recursos

Os recursos de responsabilidade do ESTADO serão repassados à FDE de acordo com o Plano de Trabalho que integra o presente instrumento como Anexo.

Parágrafo único - Os recursos transferidos pelo ESTADO à FDE em função deste ajuste serão depositados em conta no Banco Nossa Caixa S.A., devendo ser aplicados exclusivamente na execução do objeto deste convênio.

CLÁUSULA SEXTA

Da Origem dos Recursos e de sua Destinação

Os recursos de responsabilidade do ESTADO a serem transferidos à FDE são originários do Tesouro do Estado, e onerarão o crédito orçamentário, classificação funcional programática, categoria econômica.

Parágrafo único - A FDE deverá observar ainda:

1. no período correspondente ao intervalo entre a liberação das parcelas e a sua efetiva utilização, os recursos deverão ser aplicados, por intermédio do Banco Nossa Caixa S.A., em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês;

2. as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas, exclusivamente, na execução do projeto objeto deste convênio;

3. quando da apresentação da prestação de contas, tratada no Item II, alínea "d", da cláusula terceira, deverão ser anexados os extratos bancários contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pelo Banco Nossa Caixa S.A., os quais integrarão a prestação de contas;

4. o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará a FDE à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse e até a data do efetivo depósito;

5. as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas serão emitidas em nome da FDE, devendo mencionar Convênio SE / .

CLÁUSULA SÉTIMA

Do Prazo de Vigência

O prazo de vigência do presente convênio é 12 (doze) meses, contados desde a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante lavratura de termo de aditamento, objetivando a aplicação do SARESP nos exercícios subsequentes, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

CLÁUSULA OITAVA

Da Denúncia e da Rescisão

Este convênio poderá ser denunciado pelos partícipes a qualquer tempo, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA NONA

Da Divulgação

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser obrigatoriamente consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Educação, e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, obedecidos os padrões estipulados pela SECRETARIA, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º, do artigo 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA

Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir eventuais questões oriundas da execução deste convênio, após esgotadas as instâncias administrativas.

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo subscritas.

São Paulo, em _____ de _____ de 2009

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

PRESIDENTE DA FDE

PREFEITO MUNICIPAL DE _____

Testemunhas:

1. _____

Nome:

R.G.:

CPF:

2. _____

Nome:

R.G.:

CPF: